

CORREIO CENTRO-OESTE

Divulgação/SEL-DF



O esporte é uma ferramenta de inclusão e superação

Canoagem para mulheres que venceram o câncer

Brasília receberá, entre 24 e 27 de outubro, a segunda edição do Festival Dragon Boat para Mulheres Sobreviventes do Câncer de Mama. O evento, que terá a colaboração da Secretaria de Esporte e Lazer do Distrito Federal (SEL-DF), será na Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados (Ascade), de 8h às 22h. O festival promove a conscientização sobre o Outubro Rosa e a importância do diagnóstico precoce. A iniciativa é organizada pelo movimento Remadoras Rosa,

que reúne mulheres que enfrentaram ou estão em tratamento contra o câncer de mama.

A canoagem ao estilo chinês, conhecido como Dragon Boat, é considerada benéfica para o exercício dos membros superiores, ajudando na melhoria do fluxo linfático e na prevenção do linfedema, comum entre pacientes. Com a participação de 15 equipes de diversos países, como Brasil, Chile, Argentina, Colômbia e Canadá, o festival contará com cerca de 350 remadoras.

Contrabando

Na quarta-feira (23), a Receita Federal e a Polícia Federal realizaram a operação "Toque de Recoilher", em Dourados (MS). A ação resultou no cumprimento de um mandado de prisão e um mandado de busca e apreensão em um hotel usado como depósito para produtos vindos do Paraguai.

Coleta

O MT Hemocentro, de Cuiabá (MT), realizará coletas de sangue neste sábado (26), das 7h30 às 12h, para facilitar a doação de voluntários impossibilitados de ir em dias úteis. Para doar, tem de ter entre 16 e 69 anos, estar em bom estado de saúde e feito uma refeição equilibrada antes da doação.

Investimento

Com um investimento de R\$ 3,6 milhões, o Gama (DF) ganhará um novo Centro de Atenção Psicossocial (Caps) do Tipo III, conforme a Portaria Conjunta nº 50, publicada no Diário Oficial do DF. A construção, autorizada pela Novacap e a Secretaria de Saúde, será realizada pela GP Construções e Reformas Ltda.

Encontro

No dia 29 de outubro, das 11h às 12h30, o Bioparque Pantanal participará do VI Encontro de Educadores da AZAB, abordando "Acessibilidade em zoológicos". A diretora Maria Fernanda Balestieri apresentará o programa "Bioparque para Todos", voltado à inclusão de visitantes com deficiência.

Inscrições

A partir de quarta-feira (23), o IF Goiano iniciou as inscrições para o curso de redação "Trilha Enem", destinado a estudantes e profissionais que querem aprimorar suas habilidades de escrita para o ENEM, vestibulares e concursos. As inscrições são realizadas na plataforma oficial.

Lei

O governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (União), sancionou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025, em 22 de outubro. A LDO destina 15% da Receita Corrente Líquida, cerca de R\$ 4,7 bilhões, para investimentos em áreas como educação, saúde e segurança.

Curso

A Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul (SES-MS) lançou o curso "Saúde e Bem Viver: Cuidado Integral para a Saúde Mental". Voltado a profissionais da saúde, o curso tem como objetivo aprimorar práticas integrativas focadas no autocuidado.

DF: Tecnologia protege mulher vítima de violência

O aparelho desenvolvido pelo GDF recebeu prêmio do CNJ

André Feitosa/Agência Brasília



Aparelho alerta se agressor está chegando perto da vítima

Por Thamiris de Azevedo

Dispositivos móveis desenvolvidos pelos órgãos de segurança pública do DF, em parceria com o Tribunal de Justiça do DF (TJDFT), emitem alertas quando um agressor se aproxima de uma vítima de violência doméstica. A tecnologia recebeu o Prêmio Juíza Viviane Vieira do Amaral, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A ferramenta, nomeada Dispositivo de Proteção à Pessoa, faz parte do Programa de Prevenção Viva Flor, da Diretoria de Monitoramento de Pessoas Protegidas (DMPP), que também foi premiada pelo CNJ.

Dados da Segurança Pública de Segurança Pública (SSP) enviados ao Correio da Manhã apontam que atualmente o DMPP monitora 725 pessoas, sendo 75 vítimas com o apare-

lho e 78 agressores por meio de suas tornozeleiras eletrônicas.

Desde 2021, houve cerca de 128 mil incidentes relacionados ao funcionamento dos dispositivos de monitoramento da pasta, contando o DPP e o aplicativo Viva Flor. Este ano, a SPP contabilizou 37 prisões de agressores de vítimas assistidas pelos programas.

"A efetividade dessas ações pode ser comprovada pelo fato de nenhuma das mulheres

acompanhadas pelos programas ter sido revitimizada ou vítima de feminicídio", destaca em nota o Secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar.

Funcionamento

A partir de uma medida judicial, o juízo avalia a necessidade da instalação de tornozeleira no agressor e da entrega do DPP à vítima.

Com os recursos, vítimas e agressores são monitorados 24 horas por dia. O aparelho é entregue à vítima e conectado à tornozeleira eletrônica instalada no acusado. Quando violada a distância definida judicialmente, a vítima recebe um "bipe", bem como a tornozeleira emite alerta e a informação chega à central da DPMM para que sejam tomadas as providências.

A equipe de segurança entra em contato com o ofensor para ele se afastar. Se não cumprido, iaturas próximas são acionadas para ir até o local.

Além do dispositivo, a Secretaria oferece o Aplicativo Viva Flor, que pode ser baixado nos celulares das vítimas de violência. Ela aciona a DPMM através de um botão.

Arquivo/Agência Brasília



O novo modelo acompanhará as receitas atuais

Linguagem simples em receitas médicas

A Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) criou um Grupo de Trabalho para desenvolver um modelo de receitas médicas com linguagem simplificada. O objetivo é facilitar a compreensão dos pacientes atendidos pela rede pública, aumentando a adesão aos tratamentos. O novo formato será uma versão adicional, sem substituir as receitas atuais, que seguem padrões estabelecidos.

O projeto, que é pioneiro na SES-DF, é coordenado pela Assessoria de Transparência

e Controle Social (Astrac). A simplificação da linguagem busca acelerar o atendimento e otimizar o tempo dos profissionais de saúde. O grupo já identificou boas práticas em nove unidades básicas de saúde (UBSs) do DF, onde profissionais utilizam cores e desenhos para ajudar os pacientes a entenderem as receitas.

A proposta deverá ser apresentada em até 90 dias, e a decisão sobre sua adoção ficará a cargo da SES-DF.

GOIÁS

Fundações investem R\$ 10,2 Milhões em pesquisa

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) lançaram na última sexta-feira (18) a chamada pública 28/2024, com um investimento de R\$ 10,2 milhões para atrair pesquisadores doutores ao estado. O programa, que faz parte do Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional (PDCTR), oferecerá bolsas em três modalidades para fortalecer a pesquisa em instituições de ensino e empresas de inovação.

As inscrições vão até 22 de novembro, e as bolsas terão duração de 36 meses, com valores entre R\$ 5.250,00 e R\$ 7.750,00.

MATO GROSSO

Programa de habitação disponibiliza 1.344 casas

O Programa SER Família Habitação, do Governo de Mato Grosso, disponibiliza 1.344 unidades habitacionais para aquisição, incluindo casas e apartamentos, por meio da modalidade Entrada Facilitada. Recentemente, foram adicionados dois novos empreendimentos: o Residencial Alvorada, em Alta Floresta, com 39 casas, e o Residencial Viena, em Várzea Grande, com 50 casas. As moradias têm dois quartos e estão em bairros com infraestrutura urbana completa. O programa, que conta com subsídios de até R\$ 20 mil para famílias com renda de até R\$ 2.850, já disponibilizou 5.360 unidades desde fevereiro de 2024, com um investimento de R\$ 65,89 milhões.

M. GROSSO DO SUL

Governo do estado cria observatório da cidadania

O Governo de Mato Grosso do Sul lançou o Programa Observatório da Cidadania, formalizando acordos de cooperação técnica para fortalecer políticas públicas no estado. A assinatura ocorreu durante a visita do governador Eduardo Riedel (PSDB) à nova sede da Secretaria de Estado da Cidadania (SEC), criada em janeiro de 2024. O espaço abriga cerca de 100 servidores e colaboradores do Centro Especializado de Atendimento à Mulher, à Criança e ao Adolescente em Situação de Violência (Ceama). Riedel destacou a importância da união de esforços na formulação e execução de políticas públicas.

DISTRITO FEDERAL

Governo destinou R\$ 176 milhões para escolas

O Governo do Distrito Federal (GDF), pela Secretaria de Educação do DF (SEEDF), alocou mais de R\$ 176 milhões para as escolas públicas em 2024, através do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF). Os recursos são provenientes de verbas ordinárias e emendas parlamentares, destinados a melhorias nas unidades escolares e nas Coordenações Regionais de Ensino (CREs) do DF. Com os investimentos, as instituições podem realizar pequenos reparos e ajustes necessários para garantir um ambiente adequado ao aprendizado dos alunos. O repasse é baseado no censo per capita das escolas.

Advogado critica acordo ambiental

O advogado Edson Damas, especializado em mediação socioambiental, criticou o acordo firmado no Supremo Tribunal Federal (STF), mediado pelo ministro Gilmar Mendes, que prevê indenização a fazendeiros pela desocupação da Terra Indígena Nandê Ru Marangatu, no Mato Grosso do Sul. Segundo Damas, o pagamento pela terra nua é inconstitucional, pois, de acordo com o artigo 231 da Constituição, terras indígenas são bens da União e não deveriam ser objeto de indenização, salvo pelas benfeitorias realizadas de boa-fé.

O processo, que se estendeu por quase 20 anos, resultou no compromisso de desocupação da área mediante compensação financeira aos fazendeiros, incluindo o valor da terra nua, algo que Damas considera uma violação direta do texto constitucional. "A Constituição é clara ao declarar nulos e sem efeito jurídico

os atos que envolvem a ocupação e posse de terras indígenas. O pagamento por terra nua não encontra respaldo na lei", afirma o advogado.

Damas também faz um paralelo com o caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, onde fazendeiros com títulos de propriedade, ainda que concedidos legalmente pelo Estado, não receberam indenização pela terra, mas apenas pelas benfeitorias construídas de boa-fé. "No caso da Raposa Serra do Sol, a decisão foi mais alinhada ao que prevê a Constituição. O que se vê agora é uma mudança perigosa de entendimento", comenta. Para o advogado, o recente acordo no STF abre precedentes delicados sobre o tema de demarcação de terras indígenas no Brasil, e destaca a importância de se discutir com mais clareza os critérios para compensações financeiras em situações semelhantes.